

EMFA vê indícios de recuperação

Da sucursal e do serviço local

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, tenente-brigadeiro Waldir de Vasconcellos, afirmou ontem, em Brasília, que há indícios de que a economia brasileira reagirá positivamente até o final deste ano, destacando o crescimento da indústria paulista, do consumo de energia elétrica e das exportações do País.

A seu ver, a questão da dívida externa deve ser analisada como um problema decorrente da recessão mundial, e os países credores têm de observar que os empréstimos tomados pelo Brasil no passado, para obras de amplo reflexo social, foram em grande parte oferecidos pelos próprios credores, e estes "são co-participantes da formação de nossa dívida".

Sobre a iniciativa de vários países devedores, entre os quais o Brasil, de reclamar melhores condições para quitação de seus compromissos, o chefe do EMFA declarou: "Ela chama a atenção do mundo financeiro internacional para a situação dos países pobres. A situação do Brasil é diferente da dos demais países. Cada país tem seu perfil, mas a verdade é que todos devem. O desagradável é a taxa de juros subir depois que os

contratos de empréstimos foram fechados".

CAMILO PENNA

O ministro Camilo Penna afirmou ontem, em São Paulo, que não houve surpresa no âmbito do governo quanto à assinatura conjunta do documento firmado entre Brasil, México, Argentina e Colômbia. Garantiu que não há conflitos nas diferentes áreas do governo, pois está sendo feito um trabalho harmônico em dois níveis, o político e o econômico.



Arquivo

Todos devem, diz Waldir

A atuação política — enfatizou — não conflita, não substitui nem anula o que já tinha sido feito. E o trabalho técnico elaborado por áreas específicas como Seplan e Ministério da Indústria e do Comércio não é afetado pela atuação diplomática. "A dívida externa tem de ser entendida em nível mais geral pelos governos."

HÉLIO DUQUE

"O presidente Figueiredo precisa comunicar aos responsáveis pela política econômica do seu governo que a nota conjunta assinada por Brasil, Colômbia, México e Argentina, exigindo uma nova postura da comunidade financeira internacional, é para valer. O fato é que a opção política agora assumida merece o apoio da Nação e não podem os tecnocratas oficiais, por reiteradas vezes, manifestar desaprovação pela medida", disse ontem o deputado Hélio Duque (PMDB PR).

"E mais: o Brasil — salientou — com o desdobramento da nota soberana exigindo mudanças em relação à taxa de juros externos, deve avançar numa ação consequente, ao lado dos demais países devedores, demonstrando que é impossível suportar a espoliação contínua a que se submete a América Latina."